



CARTA ESTRATÉGICAS

Dezembro 2025



riobravo.com.br



Retrospecto 2025 em três enredos

Texto de Gustavo Franco

O ano começou com uma crise de credibilidade sobre a qual o governo mostrava uma surpresa tão ingênua quanto cínica. Pelo menos sete explicações se apresentavam:

1- a bagagem: os economistas petistas, ou petistas em posições de economia, jamais acreditaram em equilíbrio fiscal;

2- a PEC da transição encaixotou o governo num nível inviável de gasto público;

3- a falta de ideias na economia: o governo não tinha planos, o ministério da economia foi dividido por seis, só uma entre esses novos ministros era economista, e se notabilizou logo em janeiro pela explicação pela qual o prejuízo nos correios não era rombo;

4- a escolha de prioridades meio torta do ministro Haddad: o arcabouço e a reforma tributária;

5- recheio do “arcabouço”: uma meta indicativa que o próprio presidente da República diz que “não significa nada”;

6- a ilusão pela qual era possível resolver o problema fiscal pelo lado da receita; e

7- o fracasso retumbante do pacote de corte de gastos em dezembro de 2024.

Esse é o contexto no âmbito do qual se colocavam os desafios fiscais e da política monetária. Somando-se a isso, o tarifaço americano parecia trazer problemas sérios para o restante do ano.

A política monetária

Gabriel Galípolo começa sua gestão no Banco Central (BCB) em 1º de janeiro, o primeiro dia do terceiro ano da presidência Lula 3. Já nas três primeiras reuniões do COPOM em 2025 (29/01, 19/03 e 17/05), a taxa Selic sobe, e na quarta, de 18/06, chega aos 15% em que permaneceu no restante do ano.



A cultura do Banco Central prevaleceu sobre os imperativos e polarizações da política. Ao menos até agora

O presidente Lula esperneou o que pode com Roberto Campos Neto, mas manteve um silêncio ensurdecedor diante do que se passou em 2025 – com isso confirmando o acerto da Lei Complementar 179/2021, que estabeleceu mandatos para os dirigentes do BCB.

Os dirigentes do BCB nomeados por Lula – ainda faltam dois, cujos mandatos se encerraram

em 31/12/2025 – têm conduzido a política monetária no exato figurino do sistema de metas, ao menos até agora. Não há uma “bancada vermelha”, nem nenhuma fenda no casco. A cultura da instituição prevaleceu sobre os imperativos e polarizações da política. Ao menos até agora.



Quem poderia dizer que Trump, depois de todo o pandemônio que fez, ajudaria a política monetária?

Espera-se que o COPOM cumpra o seu dever, declare vitória sobre a inflação, com as ressalvas de sempre, e comece a baixar a Selic em 28 de janeiro ou, no máximo, em 17 de março.

Graças ao enfraquecimento do dólar, o câmbio trouxe uma valiosa ajuda ao combate à inflação, que termina o ano invadindo a margem de tolerância. O IPCA acumulado de 12 meses caiu abaixo de 4,5%, que é a meta de 3% somada à margem de tolerância de 1,5%.

Vai ser tenso se as condições não estiverem presentes para o COPOM cumprir esse destino.

Trump e o tarifaço

No decorrer do ano de 2025, ficou mais clara a lógica das medidas de Donald Trump anunciadas de forma bombástica no chamado “liberation day” (2 de abril). Um episódio de 1985 que vale lembrar – o Acordo do Plaza – parecia ser a chave da entender o que se passava.

Naquela ocasião, a moeda norte-americana estava muito forte, o déficit comercial americano muito grande e o interesse de todos

era em um dólar mais fraco (mais desvalorizado). Era o que ajustava o resultado do comércio dos EUA às suas exportações de capital, e com isso reorganizava a economia global.

Mas a “economia central” não consegue desvalorizar a sua moeda do mesmo jeito que uma economia periférica. Tamanho faz diferença. Grosso modo, para uma moeda internacional de reserva ficar mais fraca em relação às outras, é preciso que os gestores das outras concordem em que suas moedas fiquem mais fortes, ou seja, menos competitivas.

Pois em 1985 no Plaza houve um acordo para “alinhar” as grandes moedas internacionais de reserva, pelo qual o dólar ficou mais fraco e o iene e o marco alemão ficaram mais valorizados.

Agora, são os chineses que estão na posição em que estavam japoneses e alemães, e a presunção foi a de que não topariam conversar para fortalecer o renminbi. Ou seria uma conversa muito difícil. Daí a ideia das tarifas, como método de fazer a mesma coisa – enfraquecer o dólar – de forma unilateral. Ou seja, os americanos optaram por um protecionismo usado como arma, pelo qual o dólar já enfraqueceu uns 10% e os EUA perderam o AAA.

A execução foi horrível. O tarifaço foi um tamanho festival de atrapalhões pelo lado americano que mal deu tempo para o Brasil reciprocitar. Como se esperava, apareceu a diplomacia, os presidentes foram “pragmáticos”, evocaram uma “química” e o tarifaço foi derretendo até quase sair do noticiário.

O dólar enfraqueceu espontaneamente: uns 10-15% em termos globais desde o “liberation day” foram suficientes para levar o real para a região de R\$ 5,5 ou menos (por dólar), quando se esperava (antes do tarifaço) que fosse para R\$ 6 ou mais. Claro que fez muita diferença para a inflação brasileira.

Quem poderia dizer que Trump, depois de todo o pandemônio que fez, ajudaria a política monetária?

As contas fiscais

O grande debate do ano, entretanto, foi o fiscal. Depois do fiasco do corte de gastos que nada cortou em dezembro de 2024, seguiram-se esforços para cumprir as metas reconhecidamente frouxas do arcabouço, misturados com “bondades” de vários tipos, “pé de meia”, “gás do povo” e o reajuste da tabela progressiva do imposto de renda, reempacotado espertamente como uma “reforma da renda”.



No Brasil, existem mais empreendedores (são 15,7 milhões de MEIs) do que sindicalizados (8,4 milhões). Para muitos, o imposto não corrige distorções: o imposto é a distorção.

Em termos gerais, falhou a tentativa se resolver o problema fiscal pelo lado da receita, a despeito da marquetagem sobre Justiça Tributária e ataque aos “super ricos”. Muito barulho por praticamente nada. A surpresa do ministro Haddad parece ser a pouca ressonância dessa fala. Talvez porque a carga tributária já esteja em 34,2% do PIB. Ou porque, no Brasil, haja mais empreendedores (são 15,7 milhões de MEIs) do que sindicalizados (8,4 milhões). Para muitos, o imposto não corrige distorções: o imposto é a distorção.

Mais uma vez, o governo nem tentou conversar sobre o imposto sobre grandes fortunas, a despeito do discurso da “justiça tributária”.

Muita gente se enganou com a aprovação por unanimidade do PL 1.087, no dia 1 de outubro, com a isenção de IR para rendas abaixo de R\$

5 mil: na verdade, era uma bondade contra a qual ninguém se opunha, pois era a correção monetária da tabela progressiva do imposto de renda, um assunto já antigo, inclusive promessa de campanha do presidente Lula.

O problema era com as “compensações”, ou com o financiamento dessa como de outras “bondades”. Não é fácil governar sem dinheiro.

O tema das “compensações fiscais” vinha sendo debatido faz algum tempo. O governo havia feito a opção por não recorrer a cortes de despesas e pensava explorar alguma forma de taxação dos “super ricos”, com isso trazendo uma dimensão distributiva, portanto política, para o debate sobre o equilíbrio fiscal.

Seria fácil se houvesse uma solução assim, simples e politicamente proveitosa. Só que não. Mas a clareza sobre essa impossibilidade talvez só tenha se estabelecido no dia 7 de outubro, menos de uma semana depois da grande vitória do dia 1, quando o governo amargou derrota parlamentar de amplo espectro na Câmara ao apostar na votação da Medida Provisória 1.303 dispendo sobre a tributação de aplicações financeiras.

Foi uma derrota política maiúscula – o placar foi 251 a 193 – que não se mede pelas previsões de arrecadação perdida. Não foram números impressionantes, pois era uma MP repleta de pequenas maldades que se resolveu votar em razão de presunção de que era grande o apoio parlamentar do governo. Não era.

Tudo considerado, o ano é de um pé no acelerador outro no freio: déficit grande e juro alto. O carro gasta muita energia, patina no mesmo lugar, muito pneu cantando, tensão e reclamação, mas pouco movimento. O ano termina com a dívida pública chegando em 80% do PIB, um nível inédito e assustador: talvez já no modo pirâmide e a eleição nem começou.

Quando a dívida pública chega em 80% do PIB

e o superávit primário é de 1,5% do PIB, o que temos é uma dívida com um múltiplo de 60x a geração de caixa. Uma empresa com esse tipo de endividamento é considerada totalmente inviável. E o Brasil não tem um superávit primário de 1,5% do PIB, mas um déficit de 0,7% do PIB.

Mas o presidente não está preocupado. Nos últimos anos, os presidentes ignoraram as advertências dos economistas sobre a precariedade da situação fiscal. Sempre parecia factível dar mais uma pedalada, ainda mais num ano eleitoral.

Vamos ver como será dessa vez.



Retrospectiva 2025

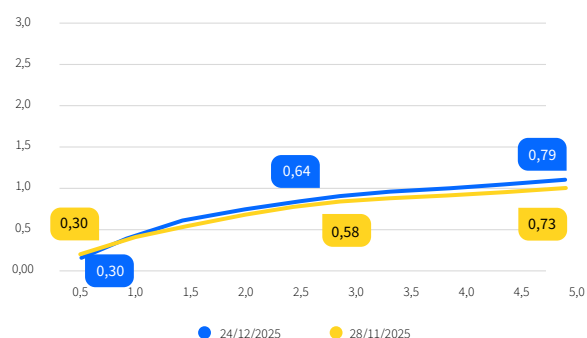
Texto de Evandro Buccini

Em 2025, o mercado de crédito privado teve um ano surpreendente, com constante fechamento de spreads, captação líquida positiva para os fundos e volume de emissões no mercado primário bastante robustos. Ao conferirmos o mês de dezembro, especificamente para as debêntures atreladas ao CDI, medidas pelo índice de ANBIMA IDA-DI, vemos uma variação de 1,21% a.m. vs. variação de 1,22% a.m. do CDI em dezembro. No ano, o IDA-DI fechou com um retorno de 16,05% a.a. vs. 14,31% a.a. do CDI. O volume de emissões subiu, e as captações líquidas foram positivas. Esses fatores podem ser destrinchados da seguinte forma:

Comportamento dos spreads: ao analisarmos os spreads das debêntures corporativas indexadas ao CDI segmentando pela qualidade de crédito, observamos que aqueles de papéis com rating A e AA ficaram em patamares estáveis, enquanto os papéis de rating AAA tiveram abertura.

SPREADS CDI+

CDI + AAA



CDI + AA



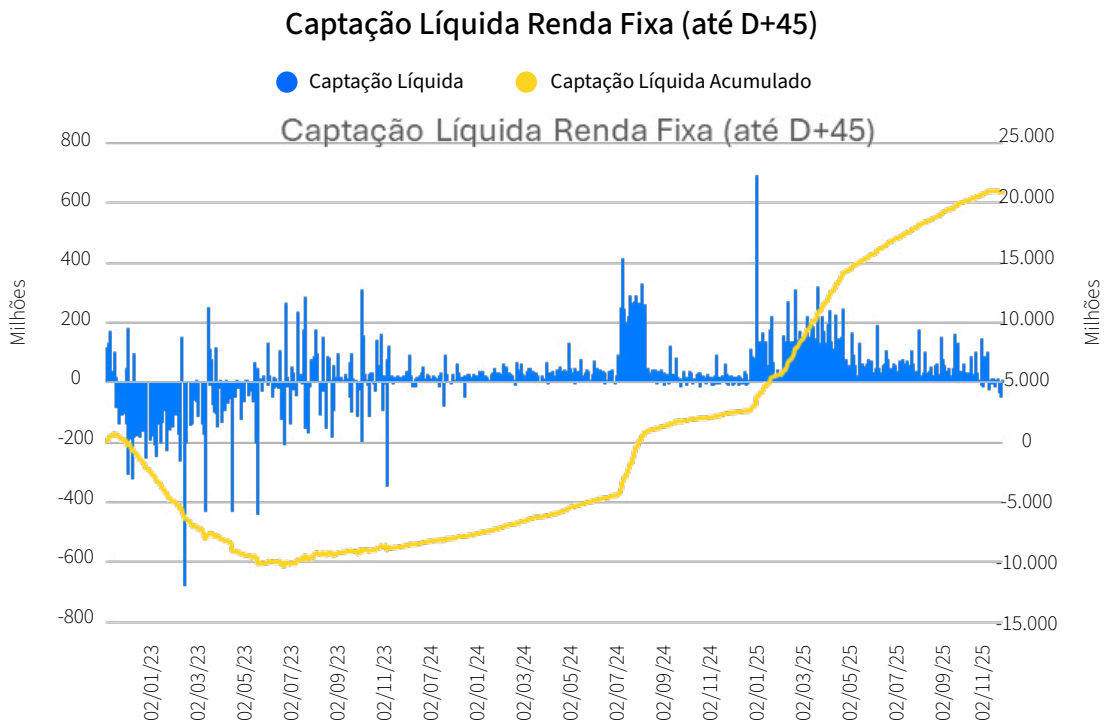
CDI + A



Fonte: ANBIMA

Manutenção de captação líquida positiva: o fluxo de recursos em mais de 40 fundos de

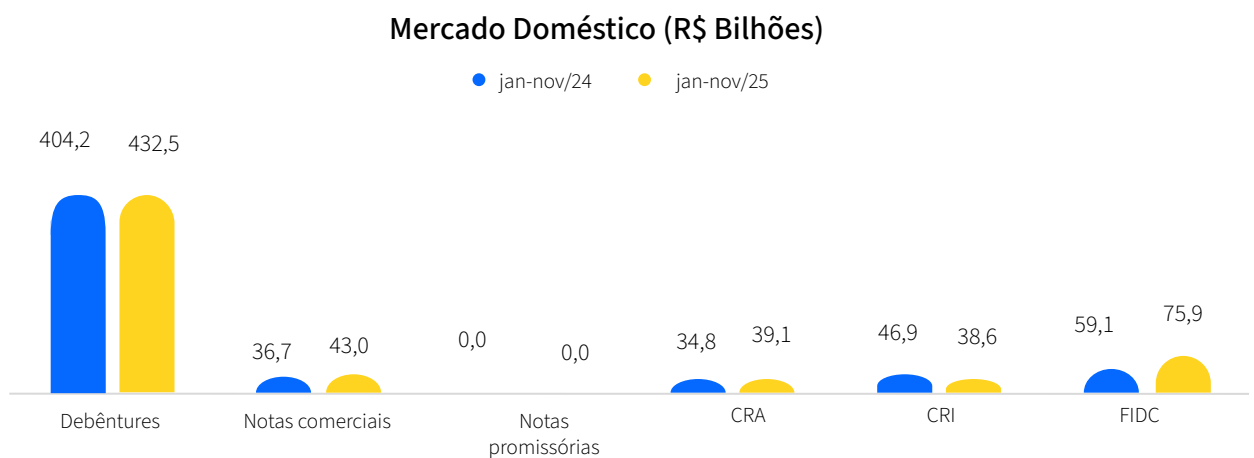
crédito privado com resgate até D+45 foi positivo no mês de dezembro.



Fonte: Quantum e CVM (*) de 02/01/24 a 30/12/25

Emissões no mercado primário: as emissões primárias no mercado de renda fixa mostram volumes similares aos de 2024, destaque ao volume de CRIs, a única classe com volume

inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Do outro lado, os FIDCs são o instrumento com maior crescimento de volume, registrando aumento de 28%.



Fonte: Anbima

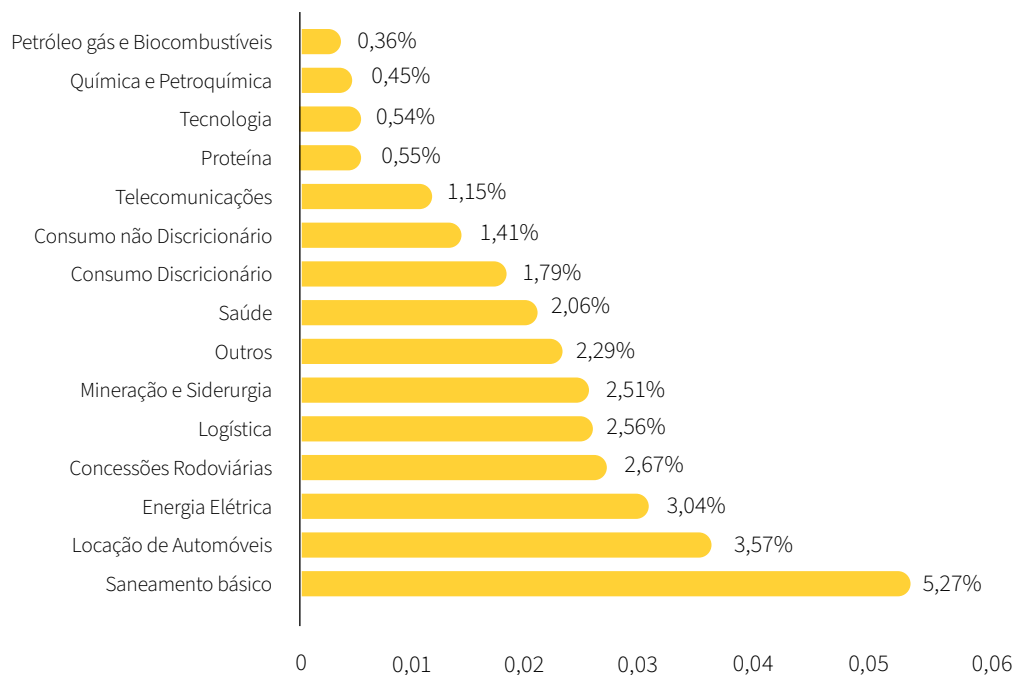
Rio Bravo Crédito Privado

O rendimento do fundo **Rio Bravo Crédito Privado** foi de 1,27%, o que representa 104,48% do CDI no mês de dezembro. Acompanhando a performance das debêntures, os setores de destaque foram de Mineração e Siderurgia, Locação de Automóveis e Logística. No book de debêntures, os papéis que se sobressaíram

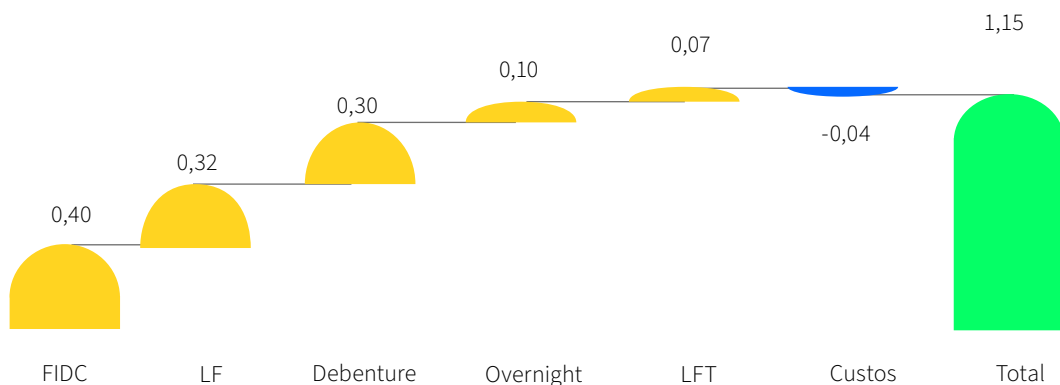
foram da Simpar (JSMLA5), e CSN (CSNAA1) e Brisanet (BRST14).

Já ao observarmos a classe de FIDC e LF, no book de FIDC, os papéis que chamaram a atenção foram do FIDC Inlira Consórcio e o FIDC Multiplike. No book de LF, os papéis de destaque foram do Safra e Santander.

Dezembro/25 Performance Breakdown por setor (%)



Dezembro 25 Performance Breakdown por classe de ativo (%)



Em relação ao nosso portfólio, montamos posições no FIDC Exodus e aumentamos nossas posições nas Letras Financeiras Subordinadas do Itaú e Bradesco. Seguimos com uma carteira pulverizada e com baixa concentração, sendo o maior emissor com menos de 3,2% da carteira, com uma *duration* de 2,35 anos e um carregamento esperado de CDI +1,1% a.a. A carteira hoje está totalizando 30 emissores e uma exposição total a 19 setores – considerando os papéis de FIDC e Letra Financeira que carregamos na carteira. Para os meses seguintes, vamos continuar buscando reduzir a exposição a debêntures que consideramos estar com um *spread* baixo e com *durations* longas com o objetivo de reduzir o risco de uma marcação negativa.



Uma retrospectiva de 2025 e as expectativas para 2026

Texto de Anita Scal e Isabella Almeida

Mesmo diante de um cenário macroeconômico mais restritivo, marcado pela elevação da taxa de juros para 15,0% ao ano, os fundos imobiliários (FIIs) surpreenderam ao encerrar 2025 com uma valorização de 21,1%. Essa alta expressiva pode ser explicada, em linhas gerais, pela combinação de três fatores centrais: a solidez do mercado imobiliário ao longo do período, a recuperação das cotações dos FIIs e as expectativas de um ciclo de redução de juros em 2026.

No início de 2025, o mercado projetava alta de 275bps nos juros, com a Selic passando para 15,0% a.a. ainda no primeiro semestre. Ao final de janeiro, os fundos imobiliários estavam negociando com um deságio de 21% frente aos seus valores patrimoniais, sendo um dos maiores descontos históricos – maior do que o desconto observado na pandemia e próximo ao desconto observado na crise de 2015.

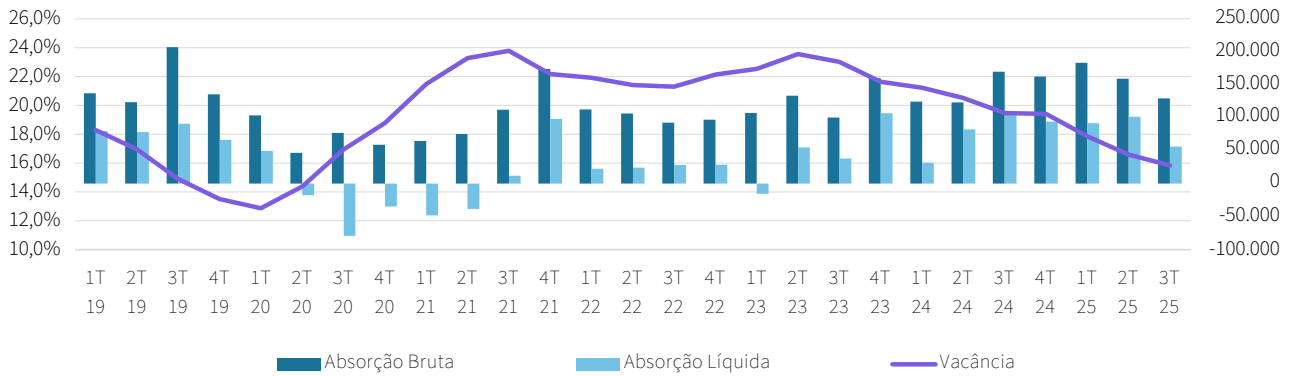
Os fundos de tijolo eram os que possuíam os maiores deságios, em torno de 25%, reflexo de uma mudança abrupta nas expectativas macroeconômicas ao longo de 2024. Apesar disso, os fundamentos do setor permaneciam sólidos: baixos níveis de vacância e inadimplência, alavancagem controlada e resultados operacionais consistentes. Como

consequência, a partir de fevereiro observou-se uma recuperação acelerada dos preços, levando o IFIX, principal índice de FIIs, a encerrar o primeiro semestre com alta de 11,8%.

No primeiro semestre, os fundos de papel lideraram a performance, superando os FIIs de tijolo. Com a elevação dos juros no início do ano, os fundos com CRIs majoritariamente indexados ao CDI apresentaram retornos consistentes nos primeiros meses, advindo principalmente de suas distribuições elevadas de dividendos. Os fundos com carteiras mais indexadas ao IPCA também tiveram apreciação significativa ao longo do primeiro semestre, muito impactados pelo fechamento da curva de juros real longa nesse período.

Ao longo do ano, o mercado imobiliário seguiu apresentando resultados surpreendentes, o que impulsionou especialmente o segmento de tijolo. O setor corporativo com padrão construtivo A-AAA em São Paulo registrou quedas consecutivas na taxa de vacância, que atingiu 15,8% no terceiro trimestre de 2025. Em diversas regiões premium, como a Faria Lima, os preços pedidos de locação têm apresentado alta expressiva nos últimos anos, superior à inflação.

Imóveis Corporativos A-AAA em São Paulo¹



Preço Pedido de Aluguel - Imóveis Corporativos A-AAA¹

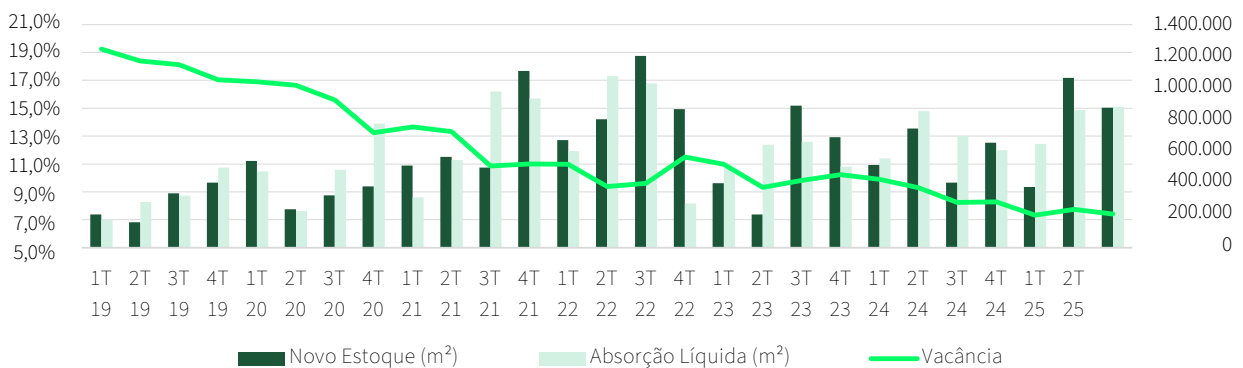
Região	4T21 (R\$/m²)	3T25 (R\$/m²)	Apreciação	Inflação no Período
Nova Faria Lima	158,03	270,26	71,02%	20,20%
Paulista	109,49	138,9	26,86%	20,20%
Vila Olímpia	111,17	139,65	25,61%	20,20%
Pinheiros	141,68	157,47	11,14%	20,20%

¹Fonte: Buildings

De igual modo, o segmento logístico apresentou melhora relevante, com a taxa de vacância encerrando o terceiro trimestre de 2025 em 7,41%. O setor vem registrando valorização dos preços pedidos de locação em diversas regiões, sobretudo nos locais próximos aos grandes

centros urbanos. Mesmo diante do volume de novas entregas, a demanda por espaços logísticos segue aquecida, o que tem favorecido os proprietários dos ativos, incluindo os fundos imobiliários.

Galpões Logísticos A-AAA no Brasil²



Preço Pedido de Aluguel - Galpões Logísticos A-AAA²

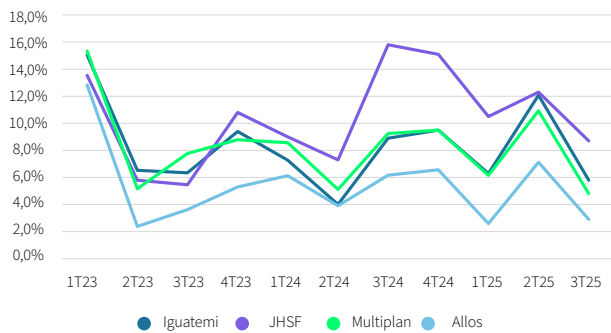
Região	4T21 (R\$/m²)	3T25 (R\$/m²)	Apreciação	Inflação no Período
Sudeste	20,4	29,39	44,07%	20,25%
Sul	19,9	25,8	29,71%	20,25%
Nordeste	19,0	23,69	24,82%	20,25%

²Fonte: Buildings

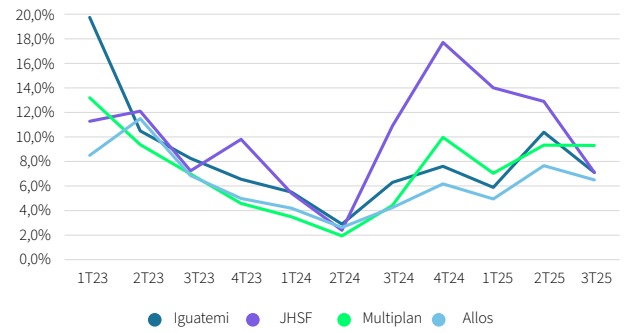
Já o segmento de shoppings também apresentou desempenho surpreendente em 2025. No início do ano, a expectativa era de que os resultados dos empreendimentos seriam impulsionados pela alta do IGP-M, índice que reajusta uma parcela relevante dos contratos de locação dos shoppings. Contudo, ao longo do período, a forte apreciação

cambial acabou pressionando negativamente o indicador, reduzindo esse efeito positivo. Ainda assim, diversas companhias proprietárias de shoppings registraram crescimento no resultado operacional e nos valores de aluguel em relação ao ano anterior, sustentadas principalmente por um consumo aquecido.

Vendas nas Mesmas Lojas (% crescimento)³



Aluguel nas Mesmas Lojas (% crescimento)³

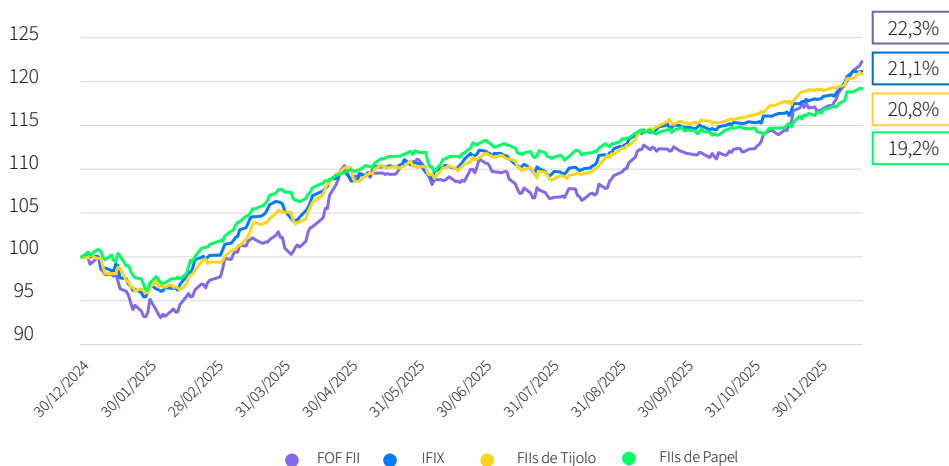


³Fonte: Central de Resultados das Cias Listadas

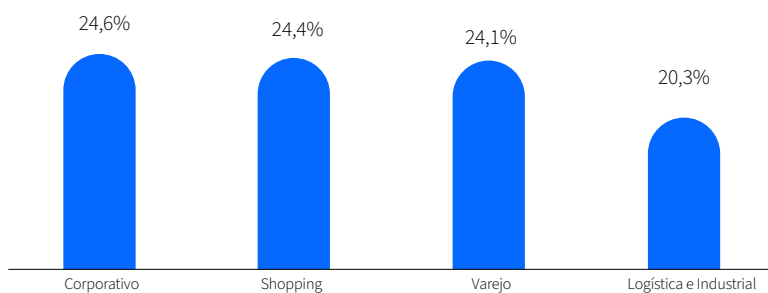
No segundo semestre, os fundos imobiliários de tijolo registraram valorização significativa, impulsionada não apenas pelo bom desempenho do setor imobiliário, mas, também, pela melhora das expectativas em relação a um possível ciclo de cortes de juros no início de 2026. Os investidores passaram a antecipar um movimento esperado após o início de cortes de juros: a apreciação de

ativos de risco. Com isso, o segmento de tijolo encerra o ano com performance superior aos fundos de papel. Os fundos de fundos também apresentaram uma valorização relevante, especialmente nos últimos meses do ano. O setor foi positivamente impactado tanto pelo carregamento das posições de fundos de papel, quanto pela apreciação dos fundos de tijolo.

Retorno Total em 2025



Retorno Total em 2025 - Principais Segmentos de Tijolo



Retorno Total em 2025 - FIs de Papel



Apesar da valorização ao longo de 2025, os fundos imobiliários continuam sendo negociados no mercado secundário com desconto médio de 10,8% em relação ao valor patrimonial. Diante da expectativa de que a Selic encerre 2026 em 12,25% a.a., o

segmento ainda apresenta potencial relevante de apreciação. Para investidores que buscam renda recorrente e ganho de capital no médio prazo, os FIs seguem como oportunidade atrativa de alocação.

Performance

	Renda Fixa	Renda Variável		Multimercado	Índices				
	Rio Bravo Crédito Privado FIRF	Rio Bravo Fundamental FIA	Rio Bravo Templeton Climate Change IE FIA	Rio Bravo Imobiliário FIC FIM	CDI	IBOV	IMA-B	IFIX	MSCI ACWI
dezembro 25	1,27	0,24	4,24	3,06	1,22	1,29	0,31	3,14	4,13
novembro 25	1,13	7,47	0,25	1,88	1,05	6,37	2,04	1,86	-1,05
outubro 25	1,12	1,58	7,62	0,93	1,28	2,26	1,05	0,12	3,44
setembro 25	1,31	4,48	1,61	3,48	1,22	3,40	0,54	3,25	1,43
agosto 25	1,21	7,25	-3,99	1,62	1,16	6,28	0,84	1,16	-0,85
julho 25	1,42	-4,85	10,02	-0,41	1,28	-4,17	-0,79	-1,36	3,97
junho 25	0,88	2,84	-3,36	1,08	1,10	1,33	1,30	0,63	-0,23
maio 25	1,15	3,24	7,45	0,98	1,14	1,45	1,70	1,44	6,41
abril 25	0,99	4,75	-5,67	3,51	1,06	3,69	2,09	3,01	-0,66
março 25	0,99	4,26	-5,90	5,42	0,96	6,08	6,14	1,84	-5,89
fevereiro 25	1,05	-2,63	0,30	4,13	0,99	-2,64	0,50	3,34	-0,38
janeiro 25	1,08	2,25	-3,51	-3,00	1,01	4,86	1,07	-3,07	-2,75
Ano	14,47	34,68	5,54	24,84	14,31	33,95	13,17	21,15	7,16
12 meses	14,47	34,68	5,54	24,84	14,31	33,95	13,17	21,15	7,16
24 meses	27,83	8,03	32,58	15,13	26,69	21,42	10,35	13,92	58,17
36 meses	39,51	27,31	43,09		43,43	46,16	28,28	32,44	76,45
Desde o início	403,43	846,53	49,63	48,24					
PL Atual (R\$ mil)	109.794.504,42	7.028.557,12	20.056.709,93	7.082.100,50					
Data de início	14/08/2008	08/09/2004	27/01/2022	19/05/2022					
Taxa de Administração (a.a.)	0,39%	0,50%	0,30%	0,50%					
Taxa de Performance (a.a.)	-	20% do que exceder o Ibovespa	-	"15% do que exceder o IFIX"					

Números em percentual, exceto quando informado diferente.



RIO BRAVO

Paulo Bilyk

Chief Executive Officer
Chief Investment Officer
paulo.bilyk@riobravo.com.br

Gustavo Franco

Senior Advisor
gustavo.franco@riobravo.com.br

Evandro Buccini

Diretor de Renda Fixa e Multimercado
evandro.buccini@riobravo.com.br

Anita Scal

Diretora de Investimentos Imobiliários
anita.spichler@riobravo.com.br

Vanessa Faleiros

Chief Operating Officer
Diretora Jurídico e Compliance
vanessa.faleiros@riobravo.com.br

Gal Barradas

Diretora de Growth
gal.barradas@riobravo.com.br

Comercial

comercial@riobravo.com.br

Vanessa Valente

Gerente Comercial
vanessa.valente@riobravo.com.br

Maisa Oliveira

Gerente Comercial
maisa.oliveira@riobravo.com.br

Ligia Pereira

Analista Comercial
ligia.pereira@riobravo.com.br

Relação com Investidor

ri@riobravo.com.br

11 3509-6500

riobravo.com.br/whatsapp

Isabela Perez

isabela.perez@riobravo.com.br

Ouvidoria

0800 722 9910

ouvidoria@riobravo.com.br



Este material foi elaborado pela Rio Bravo e não deve ser considerado um relatório de análise para fins. Este material tem caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como sendo material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão e alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Os prazos, taxas e condições aqui contidos são meramente indicativos. As informações contidas nesse material foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A Rio Bravo não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. Os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros discutidos nesse material podem não ser adequados para todos os investidores. Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em características pessoais, antes de tomar uma decisão de investimento. Caso os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros sejam expresso em uma moeda que não a do investidor, qualquer alteração na taxa de câmbio pode impactar adversamente o preço, valor ou rentabilidade. A Rio Bravo não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamentos da Rio Bravo, podendo ser divulgado também em seu site. Fica proibida a reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Rio Bravo. Para maiores informações sobre os produtos, tabelas de custos operacionais, acesse www.riobravo.com.br. LEIA O MATERIAL ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO FGC. ESTE FUNDO TEM MENOS DE 12 (DOZE) MESES. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TAXA. AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE MATERIAL TÉCNICO SÃO BASEADAS EM SIMULAÇÕES E OS RESULTADOS REAIS PODERÃO SER SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES. A RENTABILIDADE AJUSTADA CONSIDERA O REINVESTIMENTO DOS DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO OU OUTROS RENDIMENTOS ADVINDOS DE ATIVOS FINANCEIROS QUE INTEGREM A CARTEIRA DO FUNDO REPASSADOS DIRETAMENTE AO COTISTA. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. ESTA INSTITUIÇÃO É ADERENTE AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS. Para informações, ligue para +55 11 3509-6600. Para reclamações, utilize o SAC/Ouvidoria: 0800-722-9910.